Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
424
Carimbado Eletronicamente

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Bumachar e Advogados Associados

AV. MARECHAL CÂMARA, 271 - 3º ANDAR
20020-080 - RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL

TEL. PABX (021) 2544-5138 - FAX (021) 2262-1165
CELULAR (021) 9982-0021
Site: www.bumachar.adv.br
E-mail: bumachar@bumachar.adv.br

DOC. 2

TJRJ CAP EMP01 201809801390 28/12/18 20:53:16137531 PROGER-VIRTUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
425
Carimbado Eletronicamente

LAUDO ECONÔMICO – FINANCEIRO

E

PARECER TÉCNICO

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2018

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
426
Carimbado Eletronicamente

ÍNDICE

I - SUMÁRIO EXECUTIVO 3
II – FONTES DE INFORMAÇÃO 4
III – DA AVALIAÇÃO DOS NÚMEROS DA EMPRESA 4
IV – O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL 7
V – ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DO PLANO 9
a) Demonstrativos Financeiros Projetados 9
b) Viabilidade Econômico-Financeira 10
c) Avaliação dos bens do Ativo 10
d) Proposta de pagamentos aos credores 10
V – PARECER 10

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
427
Carimbado Eletronicamente

I - SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente estudo técnico sobre o Plano de Recuperação Judicial da empresa **ETP ENGENHARIA LTDA.** sociedade empresária, inscrita no CNPJ sob o nº 03.638.356/0001-43, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 97, 8º andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ, tem por objetivo:

i) Analisar o Plano de Recuperação Judicial, as suas premissas e o conjunto de medidas a serem adotadas para a recuperação econômica e financeira e a adequação dos demonstrativos financeiros projetados que refletem a situação recuperada.

ii) Emitir um parecer técnico sobre a viabilidade econômico-financeira que deverá acompanhar o Plano de Recuperação, tudo de acordo com que estabelece o artigo 53 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

iii) Avaliação dos Ativos da empresa.

O Plano de Recuperação Judicial foi preparado pela direção da Empresa, e acompanhados por seus assessores e consultores financeiros.

O Plano prevê o Pagamentos aos Credores, na seguinte forma:

a) Para os credores das classes do artigo 41 da Lei nº 11.101/05 propõe: aos credores trabalhistas (Classe I) pagamento com 25% (vinte e cinco por cento) sobre o total de crédito de cada credor; aos credores quirografários (Classe III) pagamento com 50% (cinquenta por cento) sobre o total de crédito de cada credor; e, aos credores microempresa e EPP (Classe IV) pagamento com 25% (vinte e cinco por cento) sobre o total do crédito de cada credor.

b) Concessão do prazo; de até 12 (doze) meses para pagamento dos **credores trabalhistas** a contar da publicação da decisão de homologação do PRJ; 120 (cento e vinte) meses para pagamento dos **créditos quirografários** com carência de 12 (doze) meses, a contar da publicação da decisão de homologação do PRJ; e 48 (quarenta e oito) meses para pagamento dos **créditos microempresa e EPP** com carência de 12 (doze) meses, a contar da publicação da decisão de homologação do PRJ.

c) Equalização dos encargos financeiros com correção monetária aplicando-se a Taxa Referencial – TR e juros no limite de 1% (um por cento) ao ano, como encargos aplicados aos custos internos da empresa, sendo significativo e compatível à recuperação;

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
428
Carimbado Eletronicamente

d) Otimização gradativa da capacidade de pagamentos em conformidade com a geração de caixa para pagamento aos credores.

Desta forma, após análise das informações apresentada pela Empresa, contidas no Plano, bem como das medidas e premissas adotadas, da constatação da coerência e consistência dos demonstrativos e projeções financeiras e da possibilidade e capacidade de pagamento aos credores, nos permitirá afirmar que o Plano de Recuperação da Empresa é viável economicamente e atende aos interesses dos credores, pois conseguirá equacionar o pagamento dos créditos submetidos a recuperação judicial.

II – FONTES DE INFORMAÇÃO

Para efeito da elaboração do laudo econômico-financeiro e emissão do parecer, foram utilizadas as seguintes fontes de informações:

a) A petição inicial contendo o pedido da aprovação do Plano e as justificativas desse pedido;

b) Plano de Recuperação Judicial preparado pela empresa e seus assessores;

c) O histórico da empresa contendo informações relevantes da sua existência e das causas que determinaram o estado de crise econômico-financeira;

d) As planilhas e demonstrativos financeiros projetados e detalhados preparados pela empresa;

e) Prioridades de ações nas áreas operacional, administrativa e financeira, adequação de custos e despesas e custos de oportunidades que indiquem alternativas viáveis e seguras a serem novamente implementadas.

III – DA AVALIAÇÃO DOS NÚMEROS DA EMPRESA

Considerando o estado de crise econômico-financeira refletindo em seus resultados e no seu patrimônio, tem-se assim demonstrar:

Em valores R$ MIL

Resultados	2016		2017		2018	
Receita Liquida	96.431	**100%**	12.586	**100%**	2.570	**100%**
Custos	-84.305	**-87%**	-19.721	**-157%**	-1.744	**-68%**
Lucro Bruto	12.127	**13%**	-7.135	**-57%**	826	**32%**
Despesas Operacionais	-10.776	**-11%**	-2.859	**-23%**	-6.127	**-238%**
Resultado Operacional	1.350	**1%**	-9.994	**-79%**	-5.300	**-206%**
Resultado Financeiro Líquido	-1.322	**-1%**	-4.994	**-40%**	-206	**-8%**
Resultado do Exercício	15	**0%**	-14.606	**-116%**	-5.506	**-214%**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
429
Carimbado Eletronicamente

Os resultados não são bons a partir de 2017 e repercute negativamente no patrimônio da empresa.

Em Valores R$ MIL

Contas	2016		2017		2018	
Total do Ativo	**30.547**	**100%**	**18.341**	**100%**	**15.170**	**100%**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.951	**6,39%**	363	**2%**	223	**1%**
Clientes	5.266	**17,24%**	980	**5%**	69	**0%**
Outros Créditos a Receber	87	**0,28%**	12	**0%**	115	**1%**
Estoques/Importação em Andamento		**0,00%**		**0%**	1.338	**9%**
Adiantamentos a Fornecedores	5.978	**19,57%**	1.113	**6%**		**0%**
Impostos e Contribuições a Recuperar	6.430	**21,05%**	6.466	**35%**	6.186	**41%**
Valores e Créditos	90	**0,29%**	128	**1%**	281	**2%**
Imobilizado Liquido	10.745	**35,18%**	9.280	**51%**	6.958	**46%**
Total do Passivo	**30.547**	**100%**	**18.341**	**100%**	**15.170**	**100%**
Fornecedores	4.534	**15%**	1.486	**8%**	132	**1%**
Obrigações Trabalhistas	4.648	**15%**	2.491	**14%**	4.459	**29%**
Obrigações Tributárias	1.286	**4%**	298	**2%**	114	**1%**
Empréstimos/Financiamentos Bancários	4.148	**14%**	3.747	**20%**	3.829	**25%**
Empréstimos P. Ligadas	1.683	**6%**	5.794	**32%**	5.803	**38%**
Outras Contas a Pagar	972	**3%**	596	**3%**	586	**4%**
Provisões Ações Judiciais		**0%**		**0%**	1.690	**11%**
Parcelamentos RFB	8.507	**28%**	13.767	**75%**	13.901	**92%**
Capital Social	700	**2%**	700	**4%**	700	**5%**
Lucros/Prejuízos Acumulados	4.068	**13%**	-10.538	**-57%**	-16.044	**-106%**

Nota-se que a empresa apresenta uma situação patrimonial liquida negativa, sendo a principal a retração econômica vivida no país, a descontinuidade dos contratos de clientes por produção de bens e de serviços que provocou queda no faturamento da empresa, a queda é acentuada a partir de 2017.

A empresa fez sucessivos investimentos na sua estrutura operacional utilizando-se de capitais próprios, mas ficou prejudicada no seu retorno por não fluiu o tempo necessário para a sua recuperação. Com capacidade operacional ociosa provocada pela recessão econômica causaram mais prejuízos, dado que a insuficiência na absorção dos custos de investimentos implicou no desequilíbrio das contas empresa.

Outro ponto a considerar e a reversão de expectativas de curto para longo prazo nas contas financeiras, sendo que o favor legal da recuperação judicial se apresenta como um meio necessário para normalizar essas contas e proporcionar o pagamento de seus credores.

A empresa agilizou outras alternativas que pudessem compensar a queda do volume dos contratos de clientes, e assim o fez, redirecionando suas ações para outras atividades

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
430
Carimbado Eletronicamente

com o objetivo pelo menos de manter-se funcionando até a retomada da economia, e de certa forma que favorecesse o setor de petróleo e gás.

Os números de fechamento de Balanço de 2018 virá demonstrar uma pequena recuperação econômica, isto porque a economia dá sinais de melhora, mas ainda levará algum tempo para que a empresa se normalizar o seu fluxo de negócios melhorando a capacidade ociosa e retornando ao nível de vendas e serviços compatível com rentabilidade suficiente providencial à sua recuperação.

A empresa se monstra economicamente viável na medida que manteve sua estrutura operacional com capacidade adequada para qualquer momento retomar a plenitude de suas atividades e reverter o quadro negativo que hoje se encontra.

No sentido de se recuperar econômica e financeiramente, vem submeter o seu endividamento à recuperação judicial, como demonstrado a sua posição:

Descrição	Valor do Crédito	Nº de Credores
Credores Trabalhista	R$1.177.905,62	66
Credores /Quirografários	R$5.965.378,41	167
Credores Micro e EPP	R$106.570,55	7
Total	**R$7.249.854,58**	**240**

A empresa considera como principal meio de recuperação a concessão de prazos e condições para pagamento das suas obrigações vencidas e vincendas, como dispõe o art. 50, I, da LRF, assim propõe: aos credores trabalhistas (Classe I) pagamento com 25% (vinte e cinco por cento) sobre o total de crédito de cada credor; aos credores quirografários (Classe III) pagamento com 50% (cinquenta por cento) sobre o total de crédito de cada credor; e, aos credores microempresa e EPP (Classe IV) pagamento com 25% (vinte e cinco por cento) sobre o total do crédito de cada credor, o que considera pagar ao final, já acrescido os encargos financeiros, o seguinte montante da dívida.

Per	Valor a ser Pago por período	Credores Trabalhista (Classe I)	Credores Quirografários (Classe III)	Credores Micro e EPP (Classe IV)	Credores Pagos a cada período	% do Saldo Pago no Periodo	Saldo Final Periodo
1º	888.229,11	888.229,11	-		66	21,45%	3.252.088,58
2º	323.194,54	-	302.902,17	20.292,37	174	7,81%	2.928.894,03
3º	326.441,34	-	305.945,11	20.496,23	174	7,88%	2.602.452,69
4º	329.720,76	-	309.018,62	20.702,13	174	7,96%	2.272.731,93
5º	333.033,12	-	312.123,01	20.910,11	174	8,04%	1.939.698,81
6º	315.258,59	-	315.258,59	-	167	7,61%	1.624.440,22
7º	318.425,66	-	318.425,66	-	167	7,69%	1.306.014,55
8º	321.624,56	-	321.624,56	-	167	7,77%	984.390,00
9º	324.855,58	-	324.855,58	-	167	7,85%	659.534,41
10º	328.119,07	-	328.119,07	-	167	7,92%	331.415,34
11º	331.415,34	-	331.415,34	-	167	8,00%	-
Totais	**4.140.317,68**	**888.229,11**	**3.169.687,73**	**82.400,85**		**100%**	-

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
431
Carimbado Eletronicamente

Por outro lado, a empresa apresenta um passivo tributário aproximando ao valor dos credores do plano de recuperação, para o qual a empresa considera viável o seu pagamento de forma do art. 68 da LRF.

IV – O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Pela análise do Plano de Recuperação Judicial verificamos que a medida proposta pela empresa tem por objetivo não só fazer as mudanças estruturais em seu negócio para buscar viabilidade em suas operações, como também, prever a forma de pagamento para cada classe de credores.

O Plano prevê a Reestruturação da empresa em suas áreas operacionais e administrativa, que integralizam os seguintes objetivos:

- Otimizar a sua capacidade pela reestruturação societária, administrativa e operacional;

- Buscar maior eficiência operacional e financeira, ganho de escala, gerando vantagens competitivas centradas na estrutura de custos mínimos e qualidade no atendimento ao mercado;

- Proporcionar o equilíbrio das despesas e custos operacionais considerando a interligação de unidades de serviços e complementaridade de suas operações;

- Compensar os impactos da mudança do cenário econômico com maior controle da atividade direcionada para o aumento de receita e aumento da capacidade de pagamento dos seus credores;

- Compatibilizar o fluxo de caixa ao cumprimento das obrigações, redimensionado seus prazos e condições;

- Buscar estabilidade econômica para o fim de viabilizar processos e serviços para assegurar o cumprimento das suas obrigações e garantir uma gestão mais acurada do crédito.

Assim, considerando as possibilidades e condições apresentadas, a administração da empresa projetou os números do seu resultado econômico financeiro, constando o fluxo de caixa e geração de caixa para pagamento dos credores do plano e também do passivo tributário.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
432
Carimbado Eletronicamente

ETP ENGENHARIA LTDA.

DRE - FLUXO DE CAIXA MENSAL

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Mês	**12**	**24**	**36**	**48**	**60**	**72**	**84**	**96**	**108**	**120**	**132**
RECEITA BRUTA VENDA/SERVIÇOS	**5.509.238**	**10.373.144**	**5.462.798**	**3.282.344**	**3.328.878**	**3.362.167**	**3.395.788**	**3.429.746**	**3.464.044**	**3.498.684**	**3.527.791**
(-) IMPOSTOS S/RECEITAS	**- 303.072**	**- 357.016**	**- 355.112**	**- 361.058**	**- 366.177**	**- 369.838**	**- 373.537**	**- 377.272**	**- 381.045**	**- 384.855**	**- 388.057**
IMPOSTOS S/RECEITAS	- 303.072	- 357.016	- 355.112	- 361.058	- 366.177	- 369.838	- 373.537	- 377.272	- 381.045	- 384.855	- 388.057
RECEITA LIQUIDA VENDAS/SERVIÇOS	**5.206.166**	**10.016.128**	**5.107.686**	**2.921.286**	**2.962.701**	**2.992.328**	**3.022.252**	**3.052.474**	**3.082.999**	**3.113.829**	**3.139.734**
(-) CUSTO DE VENDA E SERVIÇOS	**- 704.780**	**- 830.224**	**- 825.796**	**- 839.624**	**- 851.527**	**- 860.042**	**- 868.643**	**- 884.348**	**- 893.191**	**- 902.123**	**- 909.628**
Custo de Vendas e Serviços	- 704.780	- 830.224	- 825.796	- 839.624	- 851.527	- 860.042	- 868.643	- 884.348	- 893.191	- 902.123	- 909.628
LUCRO BRUTO	**4.501.386**	**9.185.904**	**4.281.890**	**2.081.663**	**2.111.174**	**2.132.286**	**2.153.609**	**2.168.126**	**2.189.808**	**2.211.706**	**2.230.106**
% Fat. Líquido	*86,46%*	*91,71%*	*83,83%*	*71,26%*	*71,26%*	*71,26%*	*71,26%*	*71,03%*	*71,03%*	*71,03%*	*71,03%*
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	**1.413.183**	**1.689.454**	**1.680.442**	**1.708.580**	**1.732.803**	**1.750.131**	**1.767.632**	**1.785.309**	**1.803.162**	**1.821.193**	**1.836.345**
Despesas gerais a Administrativas	1.363.212	1.630.589	1.621.892	1.649.050	1.672.428	1.689.152	1.706.044	1.723.104	1.740.336	1.757.739	1.772.362
Outras despesas (receitas)	49.970	58.864	58.550	59.531	60.375	60.978	61.588	62.204	62.826	63.454	63.982
EBITDA	**3.088.203**	**7.496.450**	**2.601.448**	**373.082**	**378.371**	**382.155**	**385.977**	**382.818**	**386.646**	**390.512**	**393.761**
% Fat. Líquido	*59,32%*	*74,84%*	*50,93%*	*12,77%*	*12,77%*	*12,77%*	*12,77%*	*12,54%*	*12,54%*	*12,54%*	*12,54%*
(-) DEPRECIAÇÃO	114.000	114.000	114.000	114.000	114.000	114.000	114.000	114.000	114.000	114.000	114.000
EBIT	**2.974.203**	**7.382.450**	**2.487.448**	**259.082**	**264.371**	**268.155**	**271.977**	**268.818**	**272.646**	**276.512**	**279.761**
% Fat. Líquido	*57,13%*	*73,71%*	*48,70%*	*8,87%*	*8,92%*	*8,96%*	*9,00%*	*8,81%*	*8,84%*	*8,88%*	*8,91%*
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	**- 35.567**	**- 29.593**	**- 26.629**	**- 23.602**	**- 20.511**	**- 17.453**	**- 14.447**	**- 11.379**	**- 8.247**	**- 5.052**	**- 1.791**
Despesa (Receita) Financeira	35.567	29.593	26.629	23.602	20.511	17.453	14.447	11.379	8.247	5.052	1.791
LAIR	**2.938.636**	**7.352.857**	**2.460.819**	**235.480**	**243.860**	**250.702**	**257.530**	**257.439**	**264.399**	**271.461**	**277.970**
% Fat. Líquido	*56,45%*	*73,41%*	*48,18%*	*8,06%*	*8,23%*	*8,38%*	*8,52%*	*8,43%*	*8,58%*	*8,72%*	*8,85%*
(-) IMPOSTOS	**- 705.273**	**- 1.764.686**	**- 590.597**	**- 56.515**	**- 58.526**	**- 60.168**	**- 61.807**	**- 61.785**	**- 63.456**	**- 65.151**	**- 66.713**
I.R.	440.795	1.102.928	369.123	35.322	36.579	37.605	38.629	38.616	39.660	40.719	41.696
C.S.L.L.	264.477	661.757	221.474	21.193	21.947	22.563	23.178	23.170	23.796	24.431	25.017
LUCRO LÍQUIDO	**2.233.364**	**5.588.171**	**1.870.223**	**178.965**	**185.334**	**190.533**	**195.722**	**195.654**	**200.943**	**206.310**	**211.258**
% Fat. Líquido	*42,90%*	*55,79%*	*36,62%*	*6,13%*	*6,26%*	*6,37%*	*6,48%*	*6,41%*	*6,52%*	*6,63%*	*6,73%*

FLUXO DE CAIXA - PLANO RECUPERAÇÃO

GERAÇÃO DE CAIXA EBTDA	**3.088.203**	**7.496.450**	**2.601.448**	**373.082**	**378.371**	**382.155**	**385.977**	**382.818**	**386.646**	**390.512**	**393.761**
VENDA ATIVOS DISPONÍVEIS	2.348.988	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) IMPOSTO RENDA E CSSL	705.273	1.764.686	590.597	56.515	58.526	60.168	61.807	61.785	63.456	65.151	66.713
(-) PAGAMENTO CREDORES DO PLANO	888.229	323.195	326.441	329.721	333.033	315.259	318.426	321.625	324.856	328.119	331.415
(-) PARCELAMENTO IMPOSTOS	891.723	1.356.660	1.626.480	1.626.480	1.626.480	1.626.480	1.490.940	-	-	-	-
GERAÇÃO DE CAIXA	**2.951.967**	**4.051.910**	**57.930**	**-1.639.634**	**- 1.639.668**	**- 1.619.752**	**- 1.485.196**	**- 592**	**- 1.665**	**- 2.757**	**- 4.367**
CAIXA LIQUIDO ACUMULADO	**2.951.967**	**7.003.876**	**7.061.806**	**5.422.173**	**3.782.505**	**2.162.753**	**677.557**	**676.965**	**675.299**	**672.542**	**668.175**

A viabilização do Plano demonstra:

a) A preservação da sua função social empreendida por sua atividade, mantendo a sua condição de entidade geradora de serviços, recursos, empregos (diretos e indiretos) e tributos. Através de um conjunto de demonstrativos financeiros fica identificada a geração de caixa suficiente para fazer frente aos seus compromissos correntes, assim como liquidar a dívida passada;

b) Atendimento aos interesses de seus credores, na medida em que fixa as diretrizes necessárias para maximizar a fonte de recursos e o cronograma dos pagamentos que lhes são oferecidos;

c) Identificação das fontes de recursos das receitas necessárias para quitar o passivo da Empresa, demonstrando o cronograma de pagamentos de seus credores, habilitados no processo de recuperação judicial;

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
433
Carimbado Eletronicamente

A viabilidade econômico-financeira é constatada através:

a) Da compatibilidade entre a capacidade de geração de recursos e o cronograma de pagamentos formulado aos credores;

b) Da consistência e coerência demonstrada nos demonstrativos financeiros e planilhas contidas no Plano.

V – ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DO PLANO

Para efeito de elaboração do relatório e emissão do Parecer Técnico, analisamos todas as informações, dados e medidas a serem implementadas pelo Plano de Recuperação, segmentando a análise em níveis que visam cobrir todas as considerações e pressupostos contidos no Plano.

No Cenário Macroeconômico

O Plano considera numa projeção a hipótese da estabilidade econômica e com a tendência do crescimento das receitas operacionais da empresa compatível com a sua capacidade instalada e seu potencial de mercado.

Ao nível da empresa

Analisando-se as medidas contidas no Plano, a direção considera uma reestruturação nas áreas operacionais e administrativas agregando objetivos para mudar o quadro atual em que se encontra, tendo por isso projetados os seus números como adiante se traduz:

a) Demonstrativos Financeiros Projetados

Quando da realização das projeções das receitas operacionais, foi estimado um crescimento médio na margem liquida positiva, considerando um realinhamento de tendência de uma taxa de crescimento que representa um relativo grau de certeza que a empresa poderá atingir minimizando os riscos de não atingir suas metas de comercialização de seus produtos.

As projeções identificam a continuidade das operações em níveis viáveis na medida em que foram realizadas com base nas atividades operacionais anteriores, adotando-se para essas projeções um critério conservador.

Analisando-se todas as planilhas e demonstrativos financeiros, apresentados no Plano foram realizados testes nas relações entre todos os números apresentados e que

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
434
Carimbado Eletronicamente

demonstraram uma coerência numérica e econômico-financeira, identificando uma consistência técnica.

Os demonstrativos financeiros que caracterizam e identificam o Plano de Recuperação apresentado, indicam que as variáveis endógenas e exógenas estão integradas com premissas adotadas que tecnicamente são razoáveis e consistentes.

b) Viabilidade Econômico-Financeira

O valor gerado dos fluxos de caixa projetados e do valor residual de desconto a uma taxa mínima de aplicação financeira conduzirá a um montante de ativos líquidos e positivos.

A taxa dos indicadores financeiros aproxima um endividamento decrescente ao longo dos períodos projetados.

Ao final do cumprimento do plano com os resultados alcançados, constata-se a reversão do quadro da situação patrimonial negativa.

c) Avaliação dos bens do Ativo

Os bens ativos da empresa foram avaliados ao preço de reprodução e totalizam o montante de R$ 20.501.040,22 (vinte milhões, quinhentos e um mil, quarenta reais e vinte dois centavos), estando listados na relação do anexo 02 do Plano.

d) Proposta de pagamentos aos credores

O cronograma de pagamentos sintéticos projetado segue reproduzido, sendo viável por assumir na proposta aos credores a adoção do deságio sobre as dívidas, período de carência e encargos monetários e juros equalizados, visto que as premissas e pressupostos foi definido em um cenário conservador e considerado factível.

O Plano visa maximizar os recursos disponíveis para fazer frente aos compromissos da Empresa, procurando proporcionar aos credores a plena recuperação de seus créditos, dentro dos prazos previstos.

V – PARECER

Portanto, é o parecer que:

O Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado ao Juízo de Recuperação de Empresas demonstra viabilidade econômico-financeira, pois:

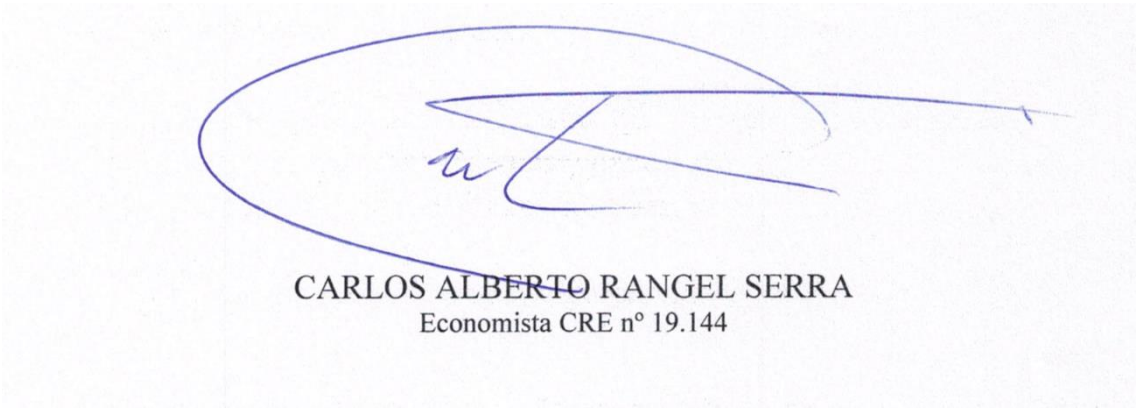
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
435
Carimbado Eletronicamente

a) Analisando-se as premissas e pressupostos utilizados para as projeções dos demonstrativos financeiros e que são identificados nos indicadores operacionais e financeiros do Plano demonstram que são compatíveis e dentro de padrões razoáveis no mercado.

b) Apresenta a possibilidade de normalização e continuação das atividades operacionais da Empresa tornando possível a geração de recursos e restabelecendo a sua capacidade de pagamentos aos credores.

c) O Plano ora apresentado demonstra que a capacidade de geração de caixa decorrente do caixa disponível projetado para os próximos anos é suficiente para a cobertura do programa de pagamentos aos credores, na forma proposta.

d) Considera-se ao mesmo tempo a possibilidade de deságio sobre os créditos quirografários.

Dessa forma, após análise das informações apresentadas, da constatação da coerência dos demonstrativos e projeções financeiras e da absoluta possibilidade e capacidade de pagamentos aos credores, é de parecer que o Plano de Recuperação apresenta viabilidade econômico-financeira.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2018.